

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 01

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2004, p. 13.

O projeto político-pedagógico das instituições de ensino superior, inclusive, nomeado na LDB nº 9394/96 como proposta ou projeto pedagógico, deve ser:

- a) Construído com base em discussões bem fundamentadas, com toda a comunidade escolar, pois se trata de documento imutável após aprovação.
- b) Elaborado e executado pelos estabelecimentos de ensino.
- c) Divulgado para a comunidade, pois se trata de documento público.
- d) Elaborado coletivamente a fim de orientar a construção do plano de trabalho dos docentes.

QUESTÃO 02

“Em contraste com o sistema anterior de avaliação, a abordagem do SINAES foi pensada como verdadeiramente sistêmica e com foco na instituição. O documento acima referido, de apresentação do SINAES, observou que as avaliações institucionais deveriam fornecer análises abrangentes das dimensões, estruturas, objetivos, relações, atividades, compromissos e responsabilidade sociais, das IES e de seus cursos, nas diversas áreas de conhecimento. A proposta considerou também que os procedimentos, dados e resultados deveriam ser públicos; que a autonomia e identidade das instituições e cursos deveriam ser respeitadas, preservando-se assim a diversidade que caracteriza o setor no país; e que todos os membros da comunidade do ensino superior deveriam participar, bem como outros representantes da sociedade civil.” (VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V.; SOARES, J. F, 2006, p. 295).

VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V.; SOARES, J. F. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ. [online], vol. 14, n. 52, p. 291-310, 2006.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela medida Provisória 147 em 2003, mais tarde convertida, com alterações, na Lei 10.861/2004, conforme os autores, é composto por “três peças”, a saber:

- a) Avaliação institucional, de curso e do estudante.
- b) Avaliação da estrutura, de curso e do estudante.
- c) Avaliação institucional, de curso e do corpo docente.
- d) Avaliação da estrutura, do corpo docente e do estudante.

QUESTÃO 03

“No contexto da cultura brasileira contemporânea, o ensino universitário tem sua importância proclamada tanto pela retórica oficial como pelo senso comum predominante no seio da sociedade. É-lhe atribuída significativa participação na formação dos profissionais dos diversos campos e na preparação dos quadros administrativos e das lideranças culturais e sociais do país, sendo visto como poderoso mecanismo de ascensão social, cabendo destacada valorização para o ensino oferecido pelas universidades públicas”.

SEVERINO, A. J. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. Educ. rev. [online]. n. 31, p. 73-89, 2008, p. 74.

Severino (2008), ao tecer sua análise sobre o ensino superior público no Brasil, utilizando, para tanto, a retomada de formulações legais e iniciativas governamentais, cita o Decreto 6.096/2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que tem como objetivos, segundo o autor:

- a) Aumento do número de vagas para o ingresso de estudantes, redução da evasão, instituição de programas de auxílio estudantil e moradia estudantil para alunos de baixa renda.
- b) Aumento do número de vagas para o ingresso de estudantes, redução da evasão, maior mobilidade estudantil e maior interação entre as universidades e o ensino básico, profissional e tecnológico.
- c) Garantia de destinação de 75% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas, redução da evasão, maior mobilidade estudantil e maior interação entre as universidades e o ensino básico, profissional e tecnológico.
- d) Aumento do número de vagas para o ingresso de estudantes nos cursos de pós-graduação *strictu sensu* e *lato sensu*, redução da evasão, maior mobilidade estudantil e maior interação entre as universidades e o ensino básico, profissional e tecnológico.

QUESTÃO 04

“Na instituição escolar, a gestão democrática é aquela que tem, nas instâncias colegiadas, o espaço em que são tomadas as decisões que orientam o conjunto das atividades escolares: aprovam o projeto político-pedagógico, o regimento escolar, os planos da escola (pedagógicos e administrativos), as regras de convivência. Como tal, a gestão democrática é entendida como princípio que orienta os processos e procedimentos administrativos e pedagógicos, no âmbito da escola e nas suas relações com os demais órgãos do sistema educativo de que faz parte.”

BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 7/2010 de 7 de abril de 2010, p. 56.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica” sendo indispensável a:

- a) Participação do poder público constituído nos conselhos escolares; participação do poder público constituído na elaboração do projeto político-pedagógico.
- b) Participação dos gestores escolares na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação dos alunos em conselhos escolares ou equivalentes.
- c) Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
- d) Participação dos professores que ocupam cargos de gestão na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação de membros da comunidade escolar, convidados pela direção da escola, em conselhos escolares ou equivalentes.

QUESTÃO 05

A avaliação institucional do ensino superior divide-se em duas modalidades: Autoavaliação, que deve ser coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES, e avaliação externa, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Página oficial. Acesso em: 28 de julho de 2016

Segundo a LDB nº 9394/96, na organização da educação nacional, a responsabilidade de avaliação externa das instituições de ensino superior cabe:

- a) À União, que deve assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre esse nível de ensino.
- b) Ao CNE (Conselho Nacional de Educação) e à CAPES, que devem assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre esse nível de ensino.
- c) A outras universidades que serão incumbidas de realizar a avaliação, que devem assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino.
- d) Às instâncias federal, estadual ou municipal à qual a instituição for vinculada, que deve assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre esse nível de ensino.

QUESTÃO 06

Leia o texto.

“[...] pode-se concluir que o ensino superior público atravessa um momento histórico-social cheio de desafios. De um lado, enfrenta a pressão do modelo societário capitalista neoliberal, através de seu mediador principal, o poder público nacional, pressionado, por sua vez, pelos agentes internacionais que se impõem em função do jogo geopolítico das forças econômicas próprio do neoliberalismo capitalista globalizado, que responde pela instauração planetária de uma nova ordem mundial (ou seria desordem?), particularmente na esfera da economia.” (SEVERINO, A.J. 2008, p. 85.)

Severino, no artigo intitulado “O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios”, discorre acerca dos inúmeros problemas pelos quais passa a universidade pública no Brasil. No que tange a isso, é possível afirmar que a lógica neoliberal:

- a) Tem trazido uma nova configuração, pois funciona como um elemento essencial de conexão das universidades públicas ao novo cenário de globalização econômica, que tem reconfigurado o poder público nacional.
- b) Tem sido o grande desafio, pois investe pesadamente sobre as universidades públicas, pondo-as frente aos imperativos de mercado e, por vezes, trazendo elementos que podem levá-las à privatização.
- c) Tem sido o grande desafio, pois funciona como um imperativo que obriga as universidades a se atualizarem na busca de uma formação mais integral e atenta às necessidades do novo momento.
- d) Tem trazido uma nova configuração, pois investe sobre as universidades públicas, pondo-as frente ao imperativo de privatização de serviços essenciais em função da nova ordem geopolítica.

QUESTÃO 07

Se o conceito de igualdade (e, conseqüentemente, as políticas voltadas para tal fim) irritam neoliberais e conservadores, não menos o fazem o próprio conceito de justiça e as políticas de justiça social. Na perspectiva e na pragmática da Nova Direita, o Estado só serve para conservar e defender a propriedade e seu direito. Em matéria educacional (e não somente nela), isso tem um efeito interessante. A desigualdade e a discriminação educacional, assim como a ausência de políticas democráticas voltadas para garantir o que aqui chamaríamos de justiça distributiva do bem “educação”, formam parte de uma esfera de ação que a sociedade (isto é, o mercado) deve resolver sem interferência externa de nenhum tipo: a esfera da caridade. Para isso existem a Igreja, as organizações comunitárias, as associações de moradores e todo um conjunto de instituições descentralizadas (algumas delas de caráter especificamente educacional) que devem funcionar sem a ingerência perniciosa dos governos. A caridade, quando é realizada pelo Estado, denomina-se assistência social. E, na perspectiva neoconservadora e neoliberal, esse tipo de ação gera maior desigualdade.

GENTILI, P. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência de mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, P. (org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2001.

Gentili, nesse excerto, elucida alguns dos elementos que caracterizam a perspectiva de uma sociedade neoliberal ou neoconservadora, destacando a forma de organização dos serviços sociais, dentre os quais estaria a educação. Ao considerar essa forma de organização da sociedade, é possível afirmar que a educação deve ser regulada:

- a) Pela lógica do mercado, por meio de uma política democrática de justiça distributiva da qual a educação é parte integrante.
- b) Pelo Estado democrático de direito, reservada a cada sujeito uma parcela de assistência social para diminuir a desigualdade social.
- c) Pelo Estado e também por outras instâncias, como a Igreja, por exemplo, que complementariam o seu papel de distribuidor de bens sociais.
- d) Pela lógica do mercado e, portanto, o acesso a ela é distribuído na proporção daquilo que permita a cada cidadão a manutenção e a defesa de sua propriedade e de seu direito.

QUESTÃO 08

Uma análise mais refinada da realidade da escolarização e das práticas cotidianas na sala de aula torna claro aquilo que os alunos aprendem na situação escolar – e também aquilo que deixam de aprender – é mais amplo que essa primeira acepção de currículo como especificação de temas e conteúdos de todo tipo. Isto é, o currículo real é mais amplo que qualquer documento no qual se reflitam os objetivos e os planos que temos.

GIMENO SACRISTÁN, J. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T.T.; MOREIRA, A.F.B. (orgs.). *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995).

A partir dessa reflexão, Gimeno Sacristán traz elementos para compreendermos que o currículo engloba:

- a) Situações de análise das práticas cotidianas de aprendizagem e de dificuldades de aprendizagem.
- b) Aprendizagens expressas no currículo real das unidades escolares, ou seja, no projeto político-pedagógico.
- c) Aprendizagens amplas que ultrapassam os temas e conteúdos e compõem o currículo real.
- d) Documentos escolares que apresentam os objetivos e planos reais.

QUESTÃO 09

Ao tomar parte nas discussões acerca dos propósitos que deveriam orientar as atividades de pesquisa dos centros, o sociólogo Florestan Fernandes defendeu a ideia de que a educação escolarizada poderia ter condições de desempenhar um papel ativo no processo de formação das classes sociais e na organização de um regime democrático no Brasil desde que uma nova política educacional, dotada de fundamentos realistas e baseada nos resultados da investigação científica e no pensamento planejado, fosse colocada em prática. Ele manifestava sua “simpatia e entusiasmo” em relação à iniciativa de criação dos Centros de Pesquisas do INEP, uma vez que as pesquisas aplicadas à educação que seriam promovidas por essas instituições poderiam oferecer os “pontos de apoio” ao desencadeamento de uma “reconstrução educacional” capaz de reformar o sistema educacional como um todo e, conseqüentemente, tornar a educação um dos “fatores favoráveis ao desenvolvimento”. Em suas palavras: “o principal interesse pela criação do Centro nasce das possibilidades iniciais de explorar estrategicamente a educação como fator dinâmico de mudança e de progresso na sociedade brasileira”. (FERREIRA, M.S. 2008, p. 283).

Ferreira, ao discutir a importância que o INEP assumia para a educação no Brasil, destaca, entre outros elementos, a fala do sociólogo Florestan Fernandes acerca dessa iniciativa. A partir das palavras de Florestan Fernandes, é possível afirmar que:

- a) O INEP teria a função de desempenhar um papel ativo na reconstrução e formação das classes sociais, via processo educativo.
- b) A educação no Brasil teria, no INEP, seu ponto de apoio para pôr em prática os ideais das pesquisas aplicadas, buscando integrar o país às demandas universais.
- c) A reconstrução do sistema educacional nacional passaria pelo INEP e por sua contribuição para a construção de pontos de apoio visando ao desenvolvimento educacional.
- d) O INEP teria sido criado para que as pesquisas aplicadas apresentassem maior conexão com o sistema educacional brasileiro e, após a divulgação de seus resultados, visassem a sua reconstrução.

QUESTÃO 10

Sabemos que as Instituições de Ensino Superior têm dado cada vez mais foco à busca pelo conhecimento e pela qualificação de seus trabalhos e de seus profissionais. Levando em conta esse aspecto, podemos considerar o processo de aprendizagem no ensino universitário como um ponto importante nessa qualificação, em especial no que se refere à competência pedagógica do professor universitário. Nessa linha de pensamento temos as ideias de Masetto, que elenca algumas características da aprendizagem no âmbito universitário. Segundo ele, tais aprendizagens conseguiram alcançar maior êxito quando fosse possível propor:

- a) Integração entre o processo de ensino e aprendizagem com ênfase na atividade de pesquisa do professor.
- b) Por parte do aluno, a aquisição e o domínio de um conjunto de conhecimentos, métodos e técnicas científicas de forma crítica.
- c) Um espaço físico e um tempo delimitado durante o qual apenas o professor transmitisse seus conhecimentos e experiências aos seus alunos.
- d) Um envolvimento como pessoa, como um todo: em que o foco nas ideias, inteligências, prevalecesse em detrimento dos sentimentos, cultura e sociedade.

QUESTÃO 11

A tirinha a seguir ajuda-nos a pensar a educação e alguns de seus princípios formativos e, em especial, reflete a relação entre professor e aluno em uma determinada situação educacional.



Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=tirinhas+mafalda>> Acesso em: 09 ago. 2016.

Supondo que você fosse o gestor do estabelecimento de ensino em que Manolito estuda, você poderia orientar a professora dele a tomar algumas providências com base na LDB nº 9394/96, já que uma das funções docentes, de acordo com essa Lei, deve ser:

- a) Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.
- b) Estabelecer propostas pedagógicas para alunos de menor rendimento com base em uma orientação específica e inflexível.
- c) Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, independentemente da situação dos alunos.
- d) Cumprir os dias letivos e as horas-aula em situações flexíveis, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento individual, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

QUESTÃO 12

Uma equipe multidisciplinar, composta por professores(as) da área da educação, da saúde e técnicos em assuntos educacionais, organizou um projeto educativo envolvendo a comunidade de uma determinada localidade no sentido de pensarem alternativas para diminuir o uso de drogas pelos adolescentes. A equipe iniciou o trabalho planejando o projeto e organizando alguns conteúdos que seriam trabalhados com a população, porém sem consultar tal comunidade durante a escrita do projeto. A ideia inicial de elaborar o projeto foi positiva, porém tal equipe multidisciplinar equivocou-se durante a elaboração do projeto, uma vez que não levou em conta que:

- a) Os resultados e os impactos esperados deveriam ser registrados, controlados e gerenciados somente pela equipe da Universidade.
- b) O objetivo específico do projeto deve contemplar apenas uma visão acerca do problema, em função do conhecimento especializado da área.
- c) A equipe envolvida deve ter profundo conhecimento sobre o problema em questão, o que, no exemplo citado, não acontece com a equipe dos profissionais da educação.
- d) O problema gerador ou situação geradora do projeto depende da visão do grupo sobre aquilo que é tomado e valorizado como sendo um problema e que justifica a proposição de tal projeto.

QUESTÃO 13

A Comissão Internacional que elaborou o Relatório para a Unesco sobre a Educação do século XXI foi incisiva ao dizer que “para poder dar resposta ao conjunto de suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento, são eles: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e a aprender a ser” (DELORS, 1999, p.89-90). Alguns autores afirmam que dificilmente a Educação Superior conseguirá dar conta de sua missão formativa na perspectiva dos “quatro pilares” caso continue a se estruturar no paradigma do ensino. É necessário que a questão orientadora no processo formativo seja focada naquilo que o(a) aluno(a) “precisa aprender de todo conhecimento que [tem] e de toda a experiência que [tem] vivido para que ele possa desenvolver sua formação profissional” (MASETTO, 1990).

Com base nessa reflexão, depreende-se que a docência universitária deve ser pensada a partir de(o)(a):

- a) Constituição de um corpo docente que entende que a aprendizagem se faz teoricamente com colaboração, participação dos alunos, com respeito mútuo e trabalhos individuais.
- b) Foco em um corpo docente que assuma seu papel de mediador pedagógico entre o conhecimento teórico que ele possui e a distância entre seus alunos.
- c) Uma organização curricular aberta, flexível, atualizada, interdisciplinar, facilitando e incentivando os mais diversos modos de integrar teoria e prática.
- d) Envolvimento do(a) aluno(a) como pessoa: focando na separação entre ideias, inteligência, sentimentos, cultura, profissão e sociedade.

QUESTÃO 14

Para Gimeno Sacristán (1998), os professores devem ser vistos como planejadores, uma vez que o plano deve significar profissionalmente: “(...) um tempo para dar oportunidade de pensar a prática, representando-a antes de realizá-la num esquema que inclua os elementos mais importantes que intervêm na mesma (prática) e que propõe uma sequência de atividades” (GIMENO, 1998 p. 276). Nessa linha de pensamento, ao se trabalhar juntamente a esses professores, um técnico em assuntos educacionais deve saber que, de uma perspectiva prática e de acordo com este autor, a utilidade fundamental do plano dos professores está nas seguintes razões:

- a) Os planos, assumidos como esquemas flexíveis para atuarem na prática, proporcionam segurança ao(à) professor(a) desde que não haja espaço para a improvisação.
- b) Os planos facilitam o enriquecimento profissional, por serem uma atividade que é um motivo de reflexão sobre a prática e um esquema-guia flexível para uma ação consciente dos professores.
- c) Os planos que os(as) professores(as) fazem são recursos para se aproximar progressivamente da prática concreta e das características de seus alunos(as) independente das condições em que trabalham.
- d) Os planos do(a) professor(a), discutidos e conhecidos pelos(as) alunos(as), são uma forma de comprometê-los(las) com as atividades, comunicar-lhes seu sentido, proporcionando-lhes uma lógica legitimada simplesmente na autoridade docente.

QUESTÃO 15

Sabe-se que as práticas de avaliação tem influência decisiva nos(as) alunos(as), em suas atitudes para com os estudos e conteúdo, nos(as) professores(as), nas relações sociais dentro da aula e no meio social. Sacristán (1998) ainda afirma que “(...) uma coisa é querer realizá-la com certos objetivos, e outra são os papéis que realmente se desempenha” (p. 323). Assim, uma forma de melhor entender os efeitos das práticas de avaliação é ordenando suas funções. Nesta linha de pensamento, função e efeito estão mais bem representados em:

- a) Funções sociais: a democratização do acesso à escolarização básica faz do ensino uma oportunidade para todos(as), dependendo de sua circunstância pessoal e sua origem social.
- b) Projeção psicológica: para que a avaliação não sirva à manutenção de um sistema pedagógico que desmotive, os(as) estudantes devem perceber, de imediato, que são avaliados para serem controlados(as) e menos para terem informação.
- c) Poder de controle: evidenciada e estimulada, sobretudo, em ambientes autoritários, intolerantes e dogmáticos, podendo ser tanto mais atrativa para os(as) professores(as) quanto mais inseguros(as) se sintam nas relações com os estudantes.
- d) Funções pedagógicas: a avaliação é o filtro que define os possíveis significados que os conteúdos possam ter para os(as) alunos(as), assim, para ser democrática, a avaliação deve levar em conta os capitais culturais que a escola legitima independentemente de quem é o sujeito.

QUESTÃO 16

A Resolução nº 2, de 1º de junho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. De acordo com essa Resolução, torna-se obrigatório que as instituições formadoras:

- a) Promovam, em articulação com os sistemas de ensino e em regime de colaboração, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).
- b) Transformem-se em centros de formação de profissionais da educação básica para o desenvolvimento de metodologias inovadoras e de materiais didáticos por meio da articulação entre União, Estados e municípios, inserindo, em seu Plano Institucional, diretrizes para a elaboração de um Projeto Pedagógico de Formação Continuada (PPFC) para atendimento da comunidade local e regional.
- c) Concebam a formação inicial e continuada dos professores da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas nacionais, às Diretrizes Curriculares Nacionais, em consonância com os parâmetros definidos para a avaliação dos Cursos de Licenciaturas no Enade, manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.
- d) Desenvolvam programas e projetos de extensão com foco na formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.

QUESTÃO 17

Mariana Silva e Silva, servidora pública, sabe que o uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC) constitui-se um dos critérios de avaliação no serviço público. Atuando junto ao Comitê de Ética da UNIFAL-MG, recebe muitos servidores e discentes da universidade que desejam submeter um Projeto de Pesquisa na Plataforma Brasil, mas que desconhecem a Plataforma e as etapas do processo de submissão e de aprovação de um projeto de pesquisa que envolva certos procedimentos e sujeitos de pesquisa. Mariana, porém, não trabalha sozinha e conta com o apoio do Presidente do Comitê de Ética e com a colaboração do servidor José Maria Tavares. Considerando que, conforme Coscarelli (2002), as TIC impulsionam novas formas de pensar, diante dessa situação e buscando otimizar o próprio trabalho e oferecer o apoio necessário a esse público, são apresentadas, na Coluna A, as atividades que Mariana pretende realizar de forma colaborativa, ou seja, em conjunto com o Presidente do Comitê e com José Maria. Na Coluna B, são apresentadas ferramentas digitais gratuitas e redes sociais disponíveis na internet. Relacionando a Coluna A com a B, Mariana usou:

	Coluna A		Coluna B
01	Realizar diagnóstico por meio de questionário constando perguntas com alternativas, sendo socializadas as respostas e os gráficos gerados automaticamente com os membros de sua equipe.	()	Wiki ou documento no Dropbox ou no Google Drive.
02	Elaborar tutorial usando imagens e textos, socializando o texto (tutorial) a ser produzido de forma colaborativa.	()	Formulários Google Drive.
03	Elaborar campanha para divulgação dos resultados obtidos com a coleta de dados (diagnóstico) e dos procedimentos e prazos para submissão de projetos de pesquisa no Comitê de Ética e na Plataforma Brasil, de forma colaborativa.	()	Blog ou página no Facebook ou página no sítio da universidade ou envio de banner e texto informativo por e-mail.
04	Realizar campanha para orientação de servidores e discentes que tenham o interesse em submeter um Projeto de Pesquisa na Plataforma Brasil e junto ao Comitê de Ética da universidade.	()	Word ou power point no Google Drive ou no Dropbox.

- a) 1, 4, 3, 2.
- b) 3, 1, 2, 4.
- c) 4, 2, 3, 1.
- d) 2, 1, 4, 3.

QUESTÃO 18

Qual princípio da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica foi definido pela Resolução nº 2, de 1º de junho de 2015?

- a) A compreensão dos professores da educação básica como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais.
- b) A garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras.
- c) A liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- d) A observância de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

QUESTÃO 19

De acordo com a Resolução nº 2, de 1º de junho de 2015, o(a) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá estar apto(a) a:

- a) Atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais.
- b) Trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica.
- c) Dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens metodológicas mais recentes no ensino-aprendizagem, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano.
- d) Compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica pautando-se na inter e na multidisciplinariedade entre as diferentes áreas do conhecimento e na perspectiva de uma educação de base sociointeracionista.

QUESTÃO 20

Jussara Costa e Costa trabalha na Copeve – Comissão Permanente de Vestibular da UNIFAL-MG. Uma das funções do Setor é a divulgação de Chamadas Públicas para matrícula de candidatos inscritos no SISU/Enem no 1º e no 2º semestres, em conjunto com o DRGCA (Departamento de Registros Gerais e Controle Acadêmico) e com a Prace (Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis). Para Coscarelli (2002), a internet gerou mudanças na sociedade e nas formas de se comunicar por meio de gêneros textuais. Para essa autora, movimento, imagem, som e texto verbal escrito são parte do texto em si.

Usando tecnologias de informação e comunicação com o propósito de divulgar as Chamadas Públicas, os locais para matrícula no DRGCA, bem como a entrega de documentos de alunos ingressantes em vagas reservadas (cotas sociais e raciais) e, conforme Coscarelli (2002), quais gêneros textuais digitais poderiam ser utilizados para dirimir dúvidas de candidatos no SISU/Enem inclusive?

- a) Sítio da UNIFAL-MG com formulário de contato dirigido à Copeve ou ao DRGCA ou à Prace a fim de o candidato obter a resposta desejada, com base na lista única de “assuntos” constantes nesse formulário.
- b) Página no Facebook com postagens informativas sobre assuntos atinentes à seleção SISU/Enem e WhatsApp exclusivo para contato com a Copeve ou com o DRGCA ou com a Prace.
- c) Messenger e blog do Google com postagens na Seção “Perguntas frequentes” selecionadas com base nas dúvidas mais comuns de candidatos em edições SISU/Enem dos anos anteriores.
- d) Chat e hipertexto digital conectado por vários links os quais se tratam de unidades de informação.

LÍNGUA PORTUGUESA

CONSIDERE O TEXTO ABAIXO, PARA RESPONDER ÀS **QUESTÕES DE 21 a 26**.

Como filósofo, seu verdadeiro amor era a lógica, assunto que ficava no limiar entre a filosofia e a matemática. Os lógicos estudam a estrutura do raciocínio, geralmente usando símbolos para expressar suas ideias. Ele ficou fascinado pelo ramo da matemática e da lógica chamado teoria dos conjuntos. A teoria dos conjuntos parecia ser a promessa para explicar a estrutura de todo o nosso raciocínio, mas Russell descobriu um grande problema nessa ideia: ela levava à contradição. Ele demonstrou esse problema em um famoso paradoxo nomeado em sua homenagem.

Vejamos um exemplo do paradoxo de Russell. Imagine um vilarejo onde há um barbeiro cujo trabalho seja barbear todas (e somente) as pessoas que não se barbeiam. Se eu morasse lá, eu provavelmente me barbearia – não acho que seria organizado o suficiente para ir ao barbeiro todos os dias e eu posso me barbear perfeitamente bem. Além disso, ir ao barbeiro provavelmente ficaria muito caro para mim. Mas se eu decidisse que não quero me barbear, o barbeiro seria aquele que o faria para mim. Como fica o barbeiro nessa história? Ele tem permissão para barbear somente quem não se barbeia. Por essa regra, ele sequer poderia barbear *a si mesmo*, pois só pode barbear quem não se barbeia. A situação ficaria difícil para ele. De modo geral, se alguém não pudesse se barbear no vilarejo, procuraria o barbeiro. Todavia, a regra não permitiria que o barbeiro fizesse isso, porque isso o colocaria na situação de alguém que barbeia a si próprio – mas o barbeiro só pode barbear aqueles que não barbeiam a si próprios.

Essa situação parece levar a uma contradição direta – dizer que algo é tanto verdadeiro quanto falso. Um paradoxo é isso. Algo bastante complicado. Russell descobriu que, quando um conjunto refere-se a si próprio, surge esse tipo de paradoxo. Vejamos outro famoso exemplo: “Esta frase é falsa”. Isso também é um paradoxo. Se as palavras “Esta frase é falsa” significam o que parecem significar (e são verdadeiras), então a frase é falsa – o que significa que o que ela declara é verdadeiro! Isso parece sugerir que a frase é verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Esta é uma parte básica da lógica. Portanto, eis o paradoxo. (WARBURTON, Nigel. *Uma breve história da filosofia*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2013, p. 201-203).

QUESTÃO 21

A respeito do paradoxo, mesmo que o leitor não saiba defini-lo, o texto permite inferir:

- a) Que está associado à ideia de contradição.
- b) Que envolve a demonstração de ideias absurdas.
- c) Que é uma definição essencial à teoria dos conjuntos.
- d) Que é um complicador para a aplicação da teoria dos conjuntos.

QUESTÃO 22

No texto, o elemento que confirma a ligação entre lógica é matemática é:

- a) “A teoria dos conjuntos parecia ser a promessa para explicar a estrutura de todo o nosso raciocínio”.
- b) “Essa situação parece levar a uma contradição direta – dizer que algo é tanto verdadeiro quanto falso”.
- c) “Isso parece sugerir que a frase é verdadeira e falsa ao mesmo tempo”.
- d) “geralmente usando símbolos para expressar suas ideias”.

QUESTÃO 23

Na explicação do paradoxo de Bertrand Russell, a repetição de termos como “barbeiro” e “barbear” se explica:

- a) Pelo fato de a lógica utilizar um número limitado de termos.
- b) Pela intenção do autor de evidenciar a confusão do raciocínio.
- c) Pelo fato de tais termos serem empregados em sentido simbólico.
- d) Pela intenção do autor de resumir uma situação muito mais complicada.

QUESTÃO 24

No trecho “onde há um barbeiro **cujo** trabalho seja barbear todas (e somente) as pessoas que não se barbeiam”, o vocábulo grifado serve para:

- a) Assinalar a relação aditiva entre ambos os termos *barbeiro* e *trabalho*.
- b) Estabelecer equivalência entre os termos *barbeiro* e *trabalho*.
- c) Assinalar a oposição entre os termos *barbeiro* e *trabalho*.
- d) Subordinar o termo *trabalho* ao termo *barbeiro*.

QUESTÃO 25

O substantivo *limiar*, no trecho “ficava no limiar entre a filosofia e a matemática”, denota:

- a) O limite entre os dois ramos do conhecimento.
- b) A oposição entre os dois ramos do conhecimento.
- c) A equivalência entre os dois ramos do conhecimento.
- d) A incompatibilidade entre os dois ramos do conhecimento.

QUESTÃO 26

Na frase “Ele demonstrou **esse** problema em um famoso paradoxo nomeado em sua homenagem”, o pronome grifado cumpre a função de:

- a) Referir um termo não mencionado no texto.
- b) Referir um termo mencionado anteriormente.
- c) Referir um termo que será mencionado a seguir.
- d) Referir um termo mencionado de modo indireto no texto.

QUESTÃO 27

O correio eletrônico ("e-mail"), por seu baixo custo e celeridade, transformou-se na principal forma de comunicação para transmissão de documentos por causa da sua flexibilidade. Assim, não interessa definir forma rígida para sua estrutura. No entanto, para que tenha valor documental, nos termos da legislação em vigor, é necessário:

- a) Ser exigida a confirmação de recebimento da mensagem eletrônica de um *e-mail* institucional e confirmação de leitura, além de ser impressa e arquivada a mensagem.
- b) Ser enviado por conta de *e-mail* institucional que possa ser auditado e possa ser verificada a sua procedência.
- c) Existir *certificação digital* que ateste a identidade do remetente, na forma estabelecida em lei.
- d) Ser enviado por conta de *e-mail* institucional, como por exemplo: usuario@unifal-mg.edu.br

QUESTÃO 28

Quanto à forma, o memorando e o ofício seguem o modelo do padrão, porém o memorando apresenta qual diferença em relação ao ofício?

- a) Omite-se o cargo ocupado pelo remetente.
- b) Omite-se o cargo ocupado pelo destinatário.
- c) O seu remetente deve ser mencionado pelo cargo que ocupa.
- d) O seu destinatário deve ser mencionado pelo cargo que ocupa.

QUESTÃO 29

As comunicações oficiais, em relação à identificação do signatário, devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura. A forma da identificação deve ser a seguinte:

(espaço para assinatura)
Nome
Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
(espaço para assinatura)
Nome
Ministro de Estado da Justiça

Segundo o Manual de Redação Oficial da Presidência da República, essa prescrição se aplica:

- a) A ofícios e memorandos, incluindo as comunicações assinadas pelo Presidente da Câmara dos Deputados.
- b) A todas as comunicações oficiais, excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República.
- c) A ofícios e memorandos, incluindo as comunicações assinadas por Pró-Reitores e Reitores.
- d) A todas as comunicações oficiais, excluídas as comunicações assinadas pelo Reitor.

QUESTÃO 30

Em relação aos gêneros textuais oficiais “aviso e ofício”, o Manual de Redação Oficial da Presidência da República define que:

- a) São modalidades de comunicação oficial parcialmente idênticas, sendo que a única diferença entre eles é a finalidade do texto. O aviso trata de assuntos oficiais cujo teor interessa ao público em geral. O ofício trata de assuntos oficiais inerentes à Administração Pública e aos servidores e às demais pessoas que ocupam cargos comissionados e ou de indicação política.
- b) São modalidades de comunicação oficial distintas, sendo que o aviso é expedido exclusivamente por Secretários de Estado, para autoridades de mesma hierarquia ou cargos afins, ao passo que o ofício é expedido pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- c) São modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas, sendo que a única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- d) São modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas, sendo que a única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, Reitores e Governadores, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública direta ou indireta e também com particulares.

NOÇÕES GERAIS DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 31

Um navegador, também conhecido pelos termos em inglês *web browser* ou simplesmente *browser*, é um programa de computador que habilita seus usuários a interagirem com documentos virtuais da *Internet*, também conhecidos como páginas da *web*.

Antônio Eduardo, ao ministrar um curso para servidores públicos de uma instituição federal, em relação ao uso de navegadores, equivocou-se ao afirmar que:

- a) “Não é possível salvar o conteúdo de uma página no computador para uso posterior, uma vez que todos os conteúdos disponíveis na internet possuem proteção em relação à propriedade intelectual”.
- b) “A maioria dos navegadores modernos permite personalizações ou adições de funcionalidades, por meio do uso de extensões ou complementos”.
- c) “É possível salvar o endereço de uma página *web*, por meio da opção favoritos, para não ter que digitá-la novamente na próxima visita”.
- d) “É possível acompanhar o andamento do *download* de arquivos efetuados da *internet* através do navegador”.

QUESTÃO 32

Os principais motivos que levam um atacante a desenvolver e a propagar códigos maliciosos são a obtenção de vantagens financeiras, a coleta de informações confidenciais, o desejo de autopromoção e o vandalismo. Além disso, os códigos maliciosos são muitas vezes usados como intermediários e possibilitam a prática de golpes, a realização de ataques e a disseminação de *spam*.

CENTRO DE ESTUDOS, RESPOSTA E TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA NO BRASIL.

Cartilha de segurança para internet. 2. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012.

Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/livro/>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

Antônio fez um teste com José Maria e Luís Eduardo sobre segurança na internet. Para tanto, fez várias afirmações sobre o assunto. Dentre elas, José Maria e Luís Eduardo devem desconsiderar qual afirmação?

- a) “Cavalo de troia é um programa que, além de executar as funções para as quais foi aparentemente projetado, também executa outras funções, normalmente maliciosas, e sem o conhecimento do usuário”.
- b) “*Spyware* é um programa projetado para monitorar as atividades de um sistema e enviar as informações coletadas para terceiros”.
- c) “Vírus é um programa ou parte de um programa de computador, normalmente malicioso, que se propaga inserindo cópias de si mesmo e se tornando parte de outros programas e arquivos”.
- d) “Um *Bot* é um tipo de código malicioso que depende da ação do usuário para se propagar”.

QUESTÃO 33

Você digitou um texto no *OpenOffice Writer 4.1* e quer apresentar, no final de cada página, o seu respectivo número. Para isso, qual a sequência de operações você deve executar?

- a) 1. Acesse o menu **Exibir – Barra de Ferramentas**; 2. Marque a opção **Objeto de texto**; 3. Clique no fim da página; 4. Acesse o menu **Inserir – Nota de fim de página**; 5. Clique em **OK**.
- b) 1. Acesse o menu **Inserir – Rodapé**; 2. Marque a opção **Padrão**; 3. Clique no Rodapé da página; 4. Acesse o menu **Inserir – Campos**; 5. Clique em **Número da página**.
- c) 1. Acesse o menu **Ferramentas – Nota de Rodapé/Notas de Fim**; 2. Clique na guia **Notas de Fim**; 3. Em Autonumeração, selecione **1, 2, 3...**; 4. Clique em **OK**.
- d) 1. Acesse o menu **Editar – Autotexto...**; 2. No campo **Nome** digite número da página; 3. Clique no fim da página; 4. Acesse o menu **Exibir – Nomes de campo**.

QUESTÃO 34

Você abre uma planilha no *OpenOffice Calc 4.1.1* com as notas da aluna Paula, conforme a figura a seguir mostra:

	A	B	C	D	E	F
1	ALUNO	MATEMATICA	PORTUGUES	BIOLOGIA	HISTORIA	RESULTADO
2	Paula	7	5	8	9	8,5

A fórmula que retorna o valor 8,5 na célula F2, sabendo que esse valor é a média das duas maiores notas, é:

- a) =MÉDIA(B2:E2)
- b) =(MÁXIMO(B2:E2)+MÉDIA(B2:E2))/2
- c) =(MAIOR(B2:E2; 1)+MAIOR(B2:E2; 2))/2
- d) =(MAIOR(B2:E2; 1)+MÁXIMO(B2:E2))/2

QUESTÃO 35

Desligar o seu PC nem sempre é uma tarefa simples como parece. O *Windows* possui diversas formas de suspender o funcionamento da máquina e isso impacta no consumo de bateria e na velocidade com que você retoma suas atividades.

Techo Tudo - Suspender, reiniciar ou hibernar? Entenda formas de desligar o PC
<<http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2016/02/suspender-reiniciar-ou-hibernar-entenda-formas-de-desligar-o-pc.html>>. Acesso em: 22 maio 2016.

Carlos, servidor público, tinha dúvidas sobre as opções de encerramento do *Windows*. Ele pediu ajuda a Marcos, que se equivocou em uma das explicações dadas. Qual?

- a) A opção de suspender o computador mantém os programas abertos pelo usuário na memória, alterando o computador para um estado de baixo consumo de energia.
- b) A opção hibernar desliga apenas o monitor, mantendo o consumo de energia dos demais componentes.
- c) A opção desligar o computador encerra todos os programas abertos, e a energia do computador é desligada.
- d) A opção reiniciar fecha todos os programas, desliga o computador e liga novamente.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 36

Juvêncio Barbosa, brasileiro, casado, enfermeiro concursado na Universidade Federal de Alfenas-MG, foi aprovado em concurso público para o cargo de professor 20h em um Instituto Federal localizado em um município situado a 35 km de Alfenas. Sabendo-se que, no cargo de enfermeiro, o senhor Juvêncio realiza uma jornada de trabalho de 30h, pois solicitou a redução de jornada junto à Reitoria da UNIFAL-MG, trabalhando de segunda a sexta, das 13h às 19h, analisando o acúmulo de cargos desse servidor, infere-se que:

- a) Mesmo havendo compatibilidade de horários, a Constituição federal não permite a acumulação dos cargos descritos.
- b) Mesmo havendo compatibilidade de horários, a Constituição Federal não autoriza qualquer acumulação de cargos públicos.
- c) Em havendo compatibilidade de horários e, respeitado o teto remuneratório do serviço público federal, a Constituição Federal autoriza a acumulação dos dois cargos públicos mencionados.
- d) Em havendo compatibilidade de horários e, respeitado o teto remuneratório do serviço público federal, a Constituição Federal autoriza a acumulação apenas de dois cargos de professor e de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

QUESTÃO 37

O servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, de acordo com a Lei 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, será punido com suspensão de até:

- a) 30 dias.
- b) 15 dias.
- c) 10 dias.
- d) 5 dias.

QUESTÃO 38

A Lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, estabeleceu, a partir de 1º de janeiro de 2013, novo critério para concessão de Incentivo à Qualificação a servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular. Sendo assim, Clarice, ocupante de cargo de nível E, na Universidade Federal da qual faz parte, conclui Mestrado em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional, o que lhe garantirá um percentual sobre o vencimento percebido de:

- a) 35%.
- b) 50%.
- c) 52%.
- d) 75%.

QUESTÃO 39

Soares, por seu alto grau de conhecimento e dedicação, em pouco tempo de serviço público é nomeado chefe do Departamento de Contabilidade pelo Reitor da Universidade Federal da qual faz parte. Por atingir o cargo precocemente, despertou ciúmes em Toninho, servidor desse mesmo setor há quase duas décadas. No exercício de suas funções, Toninho realizou pagamento a determinada empresa mesmo sabendo que estava com o contrato vencido com a administração pública. Soares, por sua vez, com o intuito de “dar uma chance” a Toninho pelo erro cometido, não o responsabilizou nem levou o fato ao superior competente para responsabilizá-lo.

Diante da situação, podemos concluir que Soares cometeu o crime de:

- a) Condescendência criminosa.
- b) Excesso de exação.
- c) Corrupção ativa.
- d) Concussão.

QUESTÃO 40

Segundo o Estatuto da UNIFAL-MG, a comunidade universitária é constituída:

- a) Pelo corpo discente somente.
- b) Pelo corpo docente e pelo corpo discente.
- c) Pelo corpo docente e pelo corpo técnico-administrativo em Educação.
- d) Pelo corpo docente, pelo corpo técnico-administrativo em educação e pelo corpo discente.

GABARITO

LÍNGUA PORTUGUESA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1	D
2	A
3	B
4	C
5	A
6	B
7	D
8	C
9	C
10	B
11	A
12	D
13	C
14	B
15	C
16	A
17	D
18	B
19	A
20	D

21	A
22	D
23	A
24	D
25	A
26	B
27	C
28	D
29	B
30	C

NOÇÕES GERAIS DE INFORMÁTICA

31	A
32	D
33	B
34	C
35	B

LEGISLAÇÃO

36	C
37	B
38	C
39	A
40	D